



CRISE ORGÂNICA, GOVERNO BOLSONARO E O NEGACIONISMO CIENTÍFICO: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DO YOUTUBE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19^{1*}

Organic Crisis, Bolsonaro Government and Scientific Denialism: an Analysis of the use of Youtube During the COVID-19 Pandemic

Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira²

Gonzalo Adrián Rojas³

RESUMO

A ascensão da extrema-direita em âmbito internacional veio acompanhada da promoção, cada vez mais constante, do negacionismo científico propalado mediante distintas plataformas digitais. Na Pandemia de Covid-19 observamos este cenário de perto através da gestão realizada pelo governo Bolsonaro no trato da Covid-19 no qual o ex-presidente foi porta-voz direto de conteúdos e discursos negacionistas através do YouTube. Partindo desse contexto, objetivamos no presente artigo analisar o negacionismo científico emanado por Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 mediante seu canal no YouTube. Para o alcance deste objetivo procedeu-se metodologicamente numa abordagem qualiquantitativa através do levantamento documental, jornalística e bibliográfico atrelado à análise de Conteúdo das lives semanais realizadas pelo ex-presidente. Nossos principais resultados evidenciaram sete categorias emanadas do discurso do ex-presidente: a) interferência do judiciário; b) imunização de rebanho; c) auxílio emergencial é caro para o Estado; d) visão antivacina; atuação do governo federal; e) negacionismo científico; f) Medidas sanitárias afetam negativamente a economia e g) tratamento precoce.

Palavras-chave: Crise orgânica; governo Bolsonaro; COVID-19; negacionismo científico; YouTube.

ABSTRACT

The rise of the far right internationally has been accompanied by the increasingly constant promotion

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Universidade Federal de Campina Grande. Doutorado e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Atua como pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa Sobre Estado e Luta de Classes na América Latina (PRÁXIS) da UFCG; Saúde, Estado e Capitalismo Contemporâneo (SECC) da Universidade de São Paulo (USP) e do Grupo de Pesquisa em Geografia para Promoção da Saúde (PRÓ-SAÚDE GEO) da UFCG. E-mail: kleiton_wagner@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5238-5262>.

³ Universidade Federal de Campina Grande. Professor Associado de Ciência Política na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) no Centro de Humanidades (CH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professor Permanente dos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e Ciência Política (PPGCP) da UFCG. Líder de PRÁXIS. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado e Luta de Classes na América Latina. E-mail: gonzalo.adrian@professor.ufcg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2009-4772>.

of scientific denialism spread through various digital platforms. During the COVID-19 pandemic, we observed this scenario closely through the Bolsonaro government's management of COVID-19, in which the former president was a direct spokesperson for denialist content and discourse on YouTube. Based on this context, the objective of this article is to analyze the scientific denialism emanating from Bolsonaro during the Covid-19 pandemic through his YouTube channel. To achieve this objective, we used a qualitative and quantitative methodological approach through documentary, journalistic, and bibliographic research linked to the content analysis of the former president's weekly live streams. Our main results revealed seven categories emanating from the former president's discourse: a) interference by the judiciary; b) herd immunity; c) emergency aid is expensive for the state; d) anti-vaccine view; federal government action; e) scientific denialism; f) health measures negatively affect the economy; and g) early treatment.

Keywords: Organic crisis; Bolsonaro government; COVID-19; scientific denialism; YouTube.

1. INTRODUÇÃO

A ascensão da extrema-direita na atualidade é um fenômeno internacional conforme expressa os casos de Donald Trump nos Estados Unidos; Giorgia Meloni da *Fratelli d'Italia* da Itália; *Alternative für Deutschland*, partido de cariz neonazista na Alemanha, Javier Milei na Argentina, e da brasileira com Jair Messias Bolsonaro. Percebe-se que pautas racistas, xenófobas, negacionista, misóginas têm sido implementadas como uma resposta à própria crise do modo de produção capitalista, e que a internet, através das redes sociais, promove a cosmovisão extremista.

Durante a pandemia, intensificou-se a disseminação de fake news e negacionismos (científico, histórico e climático), impulsionados por algoritmos das *big techs* como Meta e X. No Brasil, a ascensão de Bolsonaro ocorreu em meio a uma crise orgânica, com o enfraquecimento da base do PT, influência da mídia corporativa, abusos da Lava Jato e o golpe de estado de 2016. As eleições de 2018 já indicavam o perfil do governo Bolsonaro, marcado pelo uso massivo de *fake news*. Com a pandemia de Covid-19, a atuação da extrema-direita no ciberespaço se intensificou. Bolsonaro manteve contato direto com seu eleitorado por meio de lives semanais no YouTube, onde difundia negacionismo científico e comentava temas da atualidade.

Considerando este contexto, o presente artigo objetiva analisar o negacionismo científico promovido por Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Parte-se da hipótese de que a extrema-direita estabelece vínculos diretos com indivíduos alinhados ao seu ideário, explorando o passado colonial, ditatorial e violento do país para difundir ideias extremistas e apontar culpados pelos problemas nacionais, em uma ação ideopolítica que fomenta violência e valores antidemocráticos, atacando a mídia, a ciência e as políticas sociais.

Para atingir o objetivo proposto, adotou-se a seguinte metodologia: a) levantamento

bibliográfico em periódicos acadêmicos; b) coleta de documentos oficiais sobre a pandemia, como relatórios, boletins e entrevistas do governo; c) construção de um banco de transcrições das lives semanais de Bolsonaro no YouTube, no período de 2020 a 2022; d) análise documental, com classificação por data, tipo e conteúdo; e) análise temática de conteúdo das transcrições, com base em Bardin (2011) e Sampaio (2021). Dessa forma, além desta introdução e das considerações finais, o presente artigo apresenta um total de três partes: na primeira busca-se entender a ascensão da extrema-direita no plano internacional e nacional; numa segunda etapa trazemos esta reflexão para o contexto nacional, utilizando da categoria de crise orgânica, elaborada por Antônio Gramsci (2007), e na terceira trazemos as principais categorias elencadas do discurso de Bolsonaro através do YouTube sobre a Pandemia de Covid-19.

2. MEDIAÇÕES PARA ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL

Desde a crise econômica de 2008, observa-se o crescimento de movimentos de extrema-direita marcados por pautas anti-imigração, xenofobia, misoginia e apego a valores conservadores, tanto religiosos quanto morais. Essa ascensão está associada a crise do modo de produção capitalista, conforme expressou a falência de bancos como o Lehman Brothers nos Estados Unidos. Todavia, conforme Marx analisou n'O Capital, este modo de produção é baseado na produção de mercadorias e na busca incessante pelo lucro, carregando em seu bojo, limites ao crescimento das taxas de lucro e fenômenos como as crises cíclicas. Entre os fatores que agravam essas crises estão a redução do investimento em capital variável e o aumento em capital constante, aumentando assim, o exército de reserva, e por consequência, queda no consumo. A resposta a isso tem sido o crescente investimento especulativo no mercado financeiro, o que intensifica ainda mais a instabilidade do sistema (Marx, 2017).

As crises são elementos estruturais do capitalismo e exigem respostas que envolvem tanto a destruição de capitais para possibilitar novos ciclos de investimento, quanto a busca por novas fronteiras de acumulação, como ocorreu com o expansionismo colonial das potências imperialistas no século XIX e XX. Essas saídas incluem também a promoção de guerras e conflitos, bem como a ascensão da extrema-direita, que atua em defesa dos interesses de uma sociabilidade baseada na espoliação, opressão e exploração de classe. No século XX, a emergência do fascismo italiano e do nazismo alemão ocorreu após a Revolução Russa de 1917 e o fracasso dos levantes revolucionários na Alemanha e Itália, configurando-se como movimentos contrarrevolucionários e como respostas à frustração social gerada pelas derrotas desses países na Primeira Guerra Mundial.

Entre as interpretações clássicas do nazifascismo, representado por Hitler e Mussolini, destacam-se as análises de autores marxistas como Leon Trotsky, Antonio Gramsci e Clara Zetkin. Na contemporaneidade, observa-se a ascensão de movimentos de extrema-direita com traços fascizantes, expressos em práticas racistas e xenofóbicas na Europa, e, na América Latina, em governos como o de Jair Bolsonaro no Brasil, que articulam uma retórica machista, belicista, xenófoba e cristã.

Neste artigo, optamos por utilizar a categoria de fascistização da sociedade para interpretar a realidade brasileira marcada pela ascensão de Jair Bolsonaro, entendida como um processo dialético vinculado à crise orgânica (Gramsci, 2023). Trata-se de uma crise ampla, que abrange a esfera política — com o colapso do consenso em torno de um projeto dominante, no caso, o esgotamento da conciliação de classes promovida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como ponto de inflexão as jornadas de junho de 2013.

Esta crise também se manifesta na economia, como reflexo dos impactos da crise financeira global de 2008 (Tonelo, 2021), e na esfera social, evidenciada pelo aumento do desemprego, elevação dos preços e ausência de políticas sociais voltadas às classes trabalhadoras e aos setores subalternos (Gomes; Rojas, 2017). Esses fatores contribuíram para que, no âmbito da chamada pequena política (caracterizada por articulações parlamentares de natureza corporativa), se consolidasse o golpe de 2016 (Martuscelli, 2020), que viabilizou a ascensão de Michel Temer ao poder.

O cientista político holandês Cas Mudde (2022) destaca que, no contexto europeu, a extrema-direita passou por distintos processos históricos após o colapso do nazifascismo, sendo inicialmente marginalizada, mas jamais ausente da cena política. O autor identifica quatro ondas de ascensão da extrema-direita no pós-Segunda Guerra Mundial: a) o neofascismo entre 1945 e 1955, protagonizado por antigos fascistas fiéis à ideologia original, organizados em associações e clubes de apoio a “heróis e mártires” do fascismo; b) o populismo de direita, formado por ex-fascistas integrados a partidos com retórica populista e crítica à política e à economia do pós-guerra; c) a direita radical, entre as décadas de 1980 e 2000, impulsionada por crises de imigração em massa e alto desemprego; d) a extrema-direita do século XXI, que ganha força eleitoral a partir dos anos 2000, sobretudo em resposta a três crises centrais: os ataques terroristas na Europa e nos Estados Unidos, a crise econômica global de 2008 e a crise dos refugiados em 2015.

Todavia, cabe destacar que a extrema-direita desta quarta onda é heterogênea, com a mescla de partidos antigos e novos ao sistema partidário. Deste contexto se destacam Fidesz na Hungria; Partido Lei e Justiça (PiS) na Polônia; Aurora Dourada (XA) na Grécia; Partido Popular da Eslováquia; Reagrupamento Nacional na França; Partido Popular Suíço; Aliança Democrática

Nacional (NDA) na Alemanha; Irmãos de Itália; Partido Popular Dinamarquês. Fora da Europa é possível identificar Jair Bolsonaro, no Brasil; Donald Trump, nos Estados Unidos; o primeiro-ministro indiano Narendra Modi, líder do *Bharatiya Janata Party*; Javier Milei, na Argentina; Benjamin Netanyahu, em Israel e Nayib Bukele, em El Salvador. Apesar da heterogeneidade desses partidos e lideranças políticas, não se pode perder de vista um traço comum que os une, que é a defesa dos pilares do capitalismo num contexto histórico marcado por crises econômicas, sociais, políticas e ambientais. Todavia, não podemos realizar uma vinculação direta entre crise econômica e ascensão dos grupos e lideranças de extrema-direita sem considerarmos as mediações deste processo, sem o qual arriscamos cairmos no economicismo e numa interpretação mecânica.

Neste sentido, consideramos que a crise econômica de 2008 não foi somente uma clivagem econômica, mas política e social, externalizando a saturação do modelo neoliberal. Esta crise, que tem origem nos Estados Unidos, é explicada a partir das contradições expostas com a crise de crédito e da esfera financeira nos Estados Unidos com a desvalorização de imóveis devido à impossibilidade de pagamento de hipotecas, ao mesmo tempo, em que bancos manipulavam certificações de crédito, gerando uma bolha no setor, no qual foi possível presenciar a derrocada de bancos como o Lehman Brothers (Tonelo, 2021).

A interdependência dos mercados fez com que os efeitos da crise de 2008 se manifestassem em diferentes formações econômico-sociais, cada uma com suas peculiaridades e dinâmicas próprias. No caso brasileiro, a crise não foi sentida de imediato em razão das medidas adotadas pelo governo e da valorização das *commodities*, associada ao incentivo ao consumo interno. Embora esse cenário transmitisse a aparência de ausência de problemas econômicos, no plano político o término do segundo governo Lula e a eleição de Dilma Rousseff, em 2011, em aliança com Michel Temer como vice-presidente, revelavam a continuidade de uma política de conciliação entre capital e trabalho. Até 2013, por exemplo, o Brasil experimentou um ciclo de expansão econômica, com distribuição de renda e média de crescimento anual de 4,0% (Paula; Pires, 2017).

Apesar deste crescimento, seus frutos não estavam sendo usufruídos por todos, especialmente pelos de baixo, conforme as manifestações de junho de 2013 demarcaram na história política recente do Brasil. Diante da contradição inerente à conciliação de classes mantida pelo PT, expressa em políticas de aumento do acesso ao ensino superior mediante financiamento público para organizações privadas em políticas como Programa Universidade para Todos (Prouni), e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) (Chaves; Amaral, 2016), mas também pela manutenção da precarização do trabalho (Druck, 2011), e da manutenção de ajustes fiscais permanentes para as políticas sociais, a exemplo da saúde com a continuidade do subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde (SUS)

(Mendes; Carnut, 2018). Esta incompatibilidade na manutenção de interesses tão distintos entre capital e trabalho, somado às pressões endógenas e exógenas, para a realização de contrarreformas mais profundas no pólo trabalho, foram dinamos para a promoção da crise orgânica brasileira, e de sobremodo, na abertura política para a ascensão da extrema-direita na cena política nacional.

3. CRISE ORGÂNICA E CONTEXTO POLÍTICO

O conceito de crise orgânica deriva das análises que Antonio Gramsci, filósofo marxista, realizou sobre a Itália. Compreende-se que, guardando as devidas proporções, o conceito pode ser utilizado para explicar a correlação de forças políticas no interior de uma determinada formação econômico-social. Neste sentido, por crise orgânica entende-se uma crise de grande dimensão, que não se apresenta somente no plano econômico, mas também político e social. Este conceito se vincula com todo um aporte teórico elaborado pelo autor e cujo objetivo é explicar o elemento da luta de classes que existe na realidade (Gramsci, 2007).

Para uma compreensão didática deste conceito, é necessário um mergulho nas elaborações de Gramsci em seus Cadernos do Cárcere, um conjunto de cadernos escritos pelo autor enquanto estava preso, sob opressão do regime fascista italiano. É importante salientar que Gramsci foi um intelectual atuante na política italiana, atuando como dirigente do Partido Comunista Italiano e sendo ativo nos conselhos de fábrica em meio a ascensão do movimento revolucionário italiano dos anos de 1919 e 1920.

Na interpretação de Gramsci (2017), uma classe é dominante quando consegue, de modo dialético, recorrer tanto à coerção quanto ao consenso. A coerção se expressa pelo uso de mecanismos repressivos, como a força policial e todo o aparato estatal voltado à administração e ao controle da política institucional — esfera que o autor denomina sociedade política. Paralelamente, há a sociedade civil, onde a classe dirigente constrói sua hegemonia no plano concreto, material e ideológico, por meio de aparelhos de hegemonia. Gramsci investigou, em seu tempo, a atuação de organizações como o Rotary Club, e, na atualidade, podemos estender essa análise a instituições e fundações como a Fundação Lemann, as Fundações Ford, Kellogg, Rockefeller, Roberto Marinho, bem como aos partidos políticos (Fontes, 2020).

Estas associações e fundações produzem cosmovisões de mundo mediante intelectuais ligados organicamente às suas respectivas classes sociais. Todavia, Gramsci reflete o seguinte: Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias

tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam (Gramsci, 2017, CC 3; § 33, p.184). Alguns problemas postos a partir desta reflexão chama atenção: a) nesses períodos de descolamento entre as massas populares e as ideologias dominantes, o uso da força conseguiria resolver esse problema?; b) O período de crise pode tanto restabelecer a velha ordem, ou permitir que o novo de fato nasça? Estas questões ficam em aberto pelo elemento histórico ser condicionado, e não determinado por distintos fatores que atuam sobre a sociedade. Dito isto, a crise orgânica pode apresentar elementos como:

1) porque grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) porque classes médias que tiveram na guerra funções de comando e de responsabilidade foram privadas disto com a paz, ficando desocupadas justamente depois de fazer uma aprendizagem de comando, etc.; 3) porque as forças antagônicas se revelaram incapazes de organizar em seu proveito esta desordem de fato (Gramsci, 2017, CC 3; § 80, p. 264-265).

No caso dos partidos políticos, que tanto podem aglutinar forças antagônicas, mas também forças da ordem, percebe-se que numa conjuntura em que há descolamento dos grupos sociais dos partidos políticos, temos uma abertura política para o surgimento de elementos ocultos no plano político:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativo, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo para soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos (Gramsci, 2017, CC 3; § 23, p. 60).

No âmbito dessa reflexão, compreende-se que não existe um vácuo na política diante de um cenário de crise orgânica, que se configura como uma crise de hegemonia e de direção da classe dominante, incapaz de sustentar um projeto político por meio da força e do consenso, mas também como um momento de passagem da passividade para a atuação ativa de amplas massas, ainda que desorganizadamente. É importante destacar que as causas dessa crise são múltiplas e não exclusivamente econômicas, embora a economia exerça papel condicionante em uma determinada formação econômico-social. Crises orgânicas também podem ser desencadeadas por eventos históricos como guerras, ou por questões ambientais, como as que vivenciamos atualmente, que colocam em xeque a capacidade da classe hegemônica sustentar a universalidade de seus valores.

Cabe mencionar, uma breve nota metodológica sobre estes elementos postos no tocante ao aspecto da tradutibilidade, ou seja, considerar as análises realizadas por Gramsci (2017) acerca de um determinado período histórico, e de uma formação econômico-social, e aplicá-las de forma mecânica

à realidade brasileira seria um equívoco, uma vez que não se pode transpor realidades distintas e anacrônicas sem a devida mediação metodológica. Esta mediação pode ser realizada pelo exercício da tradutibilidade, ou seja, a pressuposição de que numa determinada fase do desenvolvimento capitalista ocorram expressões culturais semelhantes, mesmo que a linguagem seja historicamente distinta, ou seja, determinada pelas particularidades de cada formação econômico-social:

Filosofia-política-economia. Se estas três atividades são os elementos constitutivos necessários de uma mesma concepção do mundo, necessariamente deve haver, nos seus princípios teóricos, convertibilidade de uma para outra, tradução recíproca na própria específica linguagem de cada elemento constitutivo: um está implícito no outro, e todos juntos formam um círculo homogêneo (Gramsci, 2024a, CC 11; § 65, p. 129).

Neste sentido, entende-se que o Brasil, devido ao seu processo constitutivo, apresenta uma formação econômico-social dependente, com uma constituição e formação de seu estado, e de sua revolução burguesa, que não seguiu os ditamos dos países centrais, ou do tipo ativo (Fernandes, 2020). Este processo histórico e de formação das classes dominantes representou mais numa revolução sem revolução, ou seja, num processo pelo alto, sem participação dos setores subalternos, no qual o processo de modernização e formação de um capitalismo se deu passivamente, diferente do que ocorreu com a revolução francesa (Gramsci, 2024b, CC1; §44).

Esse aspecto também reflete a formação de uma burguesia interna associada ao capital internacional e inserida de forma subalterna na Divisão Internacional do Trabalho. A economia brasileira, marcada por essa relação dependente e associada, manifesta-se segundo a lógica do desenvolvimento desigual e combinado, uma configuração territorial permeada por profundas iniquidades regionais, sociais e econômicas. Esse cenário sustenta um sistema político de caráter autocrático, que, ao longo da história do país, tem sido palco de distintas tentativas e efetivação de golpes de Estado.

Desse modo, o Estado brasileiro, desde sua constituição, carrega traços históricos, políticos e sociais que caracterizam a autocracia burguesa no país (Fernandes, 2020). Tais traços se expressam na superexploração da força de trabalho (Marini, 2017), materializada em ajustes permanentes nas políticas sociais por meio de contrarreformas, retirada de direitos e redução de investimentos em saúde, educação, habitação e demais políticas públicas, sempre em benefício do capital.

A Constituinte da década de 1980 expressa as contradições da formação econômico-social brasileira. Mesmo diante da pressão do movimento Diretas Já, que defendia um processo mais democrático de escolha presidencial por meio do voto popular, a Carta Magna resultou de uma transição pactuada pelo alto, visando à manutenção da dominação burguesa após anos de ditadura

empresarial-militar. Este processo ocorreu em um contexto internacional marcado pela ascensão do neoliberalismo como regime de acumulação capitalista, baseado na hegemonia da fração rentista da burguesia internacional (Anderson, 1995).

Essa reconfiguração imprimiu, em diferentes formações econômico-sociais, processos de contrarreforma com ataques a direitos trabalhistas, flexibilização das relações de trabalho e abertura ao avanço da financeirização em escala planetária. No âmbito brasileiro isto se expressa no processo de desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, que na década de 1990, com Fernando Collor de Mello, e posteriormente com Fernando Henrique Cardoso, imprimiram o neoliberalismo como dínamo hegemônico no país.

Apesar da Constituição Federal de 1988 tutelar ao Estado a obrigatoriedade de fornecer direitos aos cidadãos, a exemplo da Seguridade Social, constituída pela Assistência, Previdência e Saúde, no plano concreto material percebem-se os ajustes permanentes realizados por diferentes governos, como uma forma de atender aos interesses capitalistas (Boschetti, 2009), a exemplo do que ocorre na área da saúde com o processo de subfinanciamento e desfinanciamento da saúde (Mendes, 2012; Funcia, 2018).

Nesta dinâmica do capitalismo dependente brasileiro, a primeira eleição vitoriosa do PT no ano de 2002 não demarcou em si uma ruptura, mas um processo de conformação e conformidade com a matriz do tripé macroeconômico dos governos FHC: metas de inflação, câmbio flutuante e metas fiscais (Saad Filho, 2016). As manutenções dos interesses capitalistas no país, especialmente da fração financeira, ficaram evidenciadas no documento “carta ao povo brasileiro”, no qual o presidente Lula expressou a manutenção das políticas macroeconômicas de FHC (Lula, 2002).

Por outro lado, os governos Lula também cumpriram com a agenda de contrarreformas, como a promovida contra a previdência social em 2003 (Marques; Mendes, 2004), e na privatização do acesso ao ensino mediante programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (Prouni) (Chaves; Amaral, 2016). Para pesquisadores como o professor Armando Boito Júnior, a caracterização econômica dos governos petistas seria de um “[...]desenvolvimentismo possível nos limites impostos pelo modelo capitalista neoliberal (Boito Jr, 2016, p. 83).

A política econômica promovida pelos governos do PT não rompeu com o neoliberalismo, promovendo uma síntese entre o neodesenvolvimentismo, e uma política social-liberal, no qual em momentos de crise o Estado social-liberal é requisitado para atuar em situações emergenciais. Ainda que seja inegável o aumento salarial das classes trabalhadoras, do consumo e da promoção de políticas

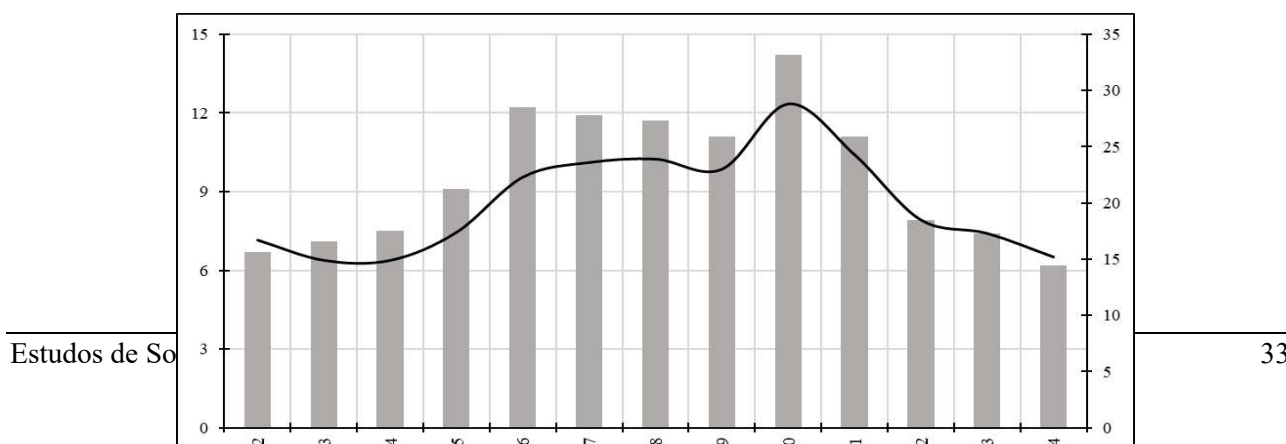
sociais, o aumento de recursos às frações capitalistas no Brasil mediante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, exonerações fiscais, e pagamento de juros e serviços da dívida foram superiores (Castelo, 2013).

Todavia, o modelo político de promover conciliação de classes com manutenção do neoliberalismo também apresentou seus limites. Estes ficaram evidentes com os impactos da crise econômica de 2008 sobre a economia doméstica, especialmente no primeiro governo Dilma. A evolução do Produto Interno Brasileiro mostra uma queda a partir de 2010, chegando a ter crescimento negativo em 2015 e 2016 (World Bank, 2025). A classe trabalhadora também sentiu o impacto da manutenção dos compromissos com o capital através da manutenção de uma política de corte de gastos público.

No segundo governo Dilma, diante dos efeitos da crise econômica internacional, e da impossibilidade de manutenção de uma política anticíclica diante da queda da demanda externa pelas *commodities* brasileiras, ajustes foram realizados como uma forma de balancear as contas diante da queda do PIB, a implementação de cortes de gastos na ordem de 70 bilhões de reais, ao mesmo tempo, em que se manteve uma alta taxa de juros. Estes cortes impactaram nas políticas sociais de saúde, educação, ciência e tecnologia, além da assistência social (Carleial, 2015, p. 209).

Estes elementos incidiram sobre o mercado de trabalho, com aumento da taxa de desocupação e subutilização da força de trabalho. Observa-se que em 2012 a taxa de desocupação do Brasil era de 6,7%, aumentando para 7,1% em 2013, e seguindo em tendência crescente nos governos Temer e Bolsonaro. Este também foi o comportamento da taxa de subutilização que em 2012 era de 14,9% conforme demonstra gráfico a seguir:

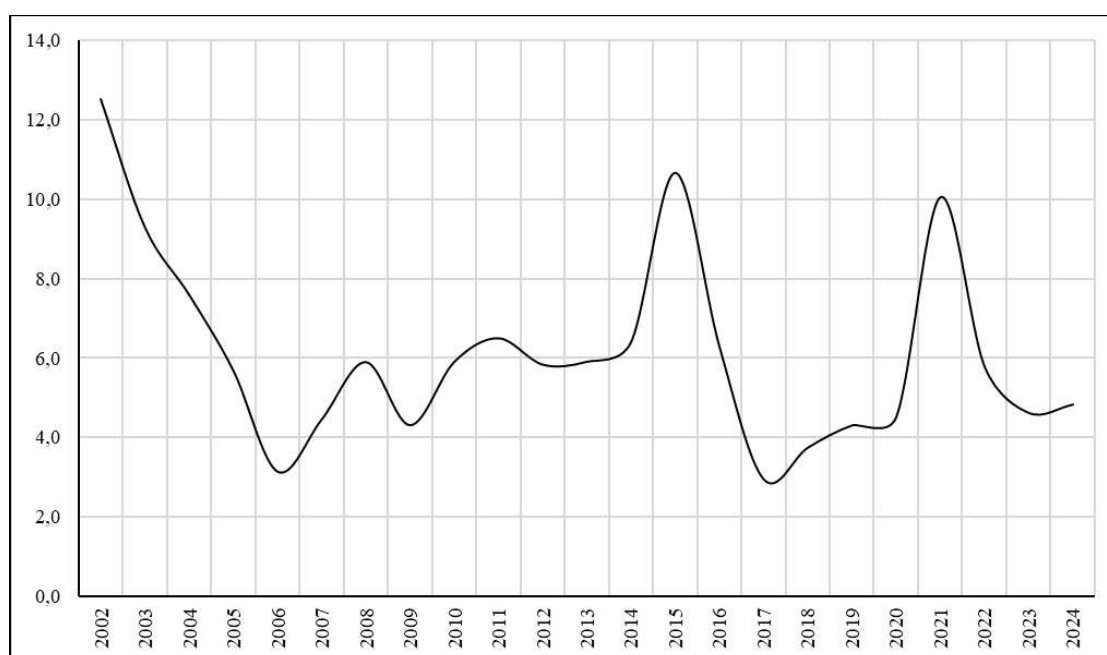
Figura 1: Taxa de desocupação e subutilização da força de trabalho no Brasil (2012–2024)



Fonte: Elaboração própria (2025) a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (PNAD Contínua Mensal).

Outro indicador que pesou para as classes trabalhadoras foi a inflação medida através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Dados do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) indicam aumento da taxa de variação inflacionária no país ainda no primeiro governo Dilma, tendo um ápice nos anos de 2015 e 2016, conforme demonstra gráfico a seguir:

Figura 2: Taxa de variação da inflação no Brasil entre 2002 e 2024



Fonte: Elaboração própria (2025) a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE/SNIPC). Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>.

O aumento do desemprego, das condições deletérias de vida, o encarecimento dos produtos diante dos efeitos da crise econômica mundial de 2008, e frente aos ajustes na política macroeconômica foram importantes dínamos para as jornadas de julho de 2013.

É neste bojo que temos uma crise da pequena política brasileira em torno do Congresso

Nacional e envolvendo o golpe institucional que retirou Dilma da Presidência da República. Por pequena política compreendemos a política cotidiana, parlamentar, dos corredores e das intrigas. Diz respeito a elementos parciais e do cotidiano materializadas já no desenvolvimento de uma estrutura econômico-social estabelecida como implicação das lutas pela ascensão entre distintas frações de uma mesma classe política. Este conceito aparece nos Cadernos do Cárcere associado ao de grande política que significa a política vinculada a fundação de novos Estados, destruição, defesa e conservação de estruturas econômico-sociais (Gramsci, 2024, Q 13, §13).

A nosso ver, o estabelecimento de uma crise orgânica no contexto político brasileiro teve como influência a grande política realizada pelas classes dominantes no Brasil, mas que se expressou em termos de pequena política no contexto parlamentar. Estas expressões se deram sobretudo pela debilidade da política de conciliação de classes e pelo esgarçamento da base partidária do PT, composta sobretudo por partidos como MDB, e se materializando nas investidas de Eduardo Cunha (PMDB), que entre 2015 e 2016 exerceu o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

A tensão entre a Presidência da República e a Câmara dos Deputados intensificou-se, sobretudo, com o rompimento da base parlamentar do governo Dilma, impulsionado por acusações de que o governo estaria atuando contra o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no âmbito da Operação Lava Jato. É importante destacar que Cunha foi condenado a quinze anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro (Kaniak, 2020). Essa política de confronto contribuiu para que o parlamentar, enquanto presidente da Câmara, pautasse a votação das contas do governo, o que resultou na rejeição das contas pelo Congresso e serviu como um dos fundamentos para o processo de impeachment da presidenta (Limongi, 2015).

Nesse contexto de crise orgânica, a extrema-direita, personificada em Bolsonaro, aproveitou-se da conjuntura para se projetar. Contudo, Bolsonaro não surgiu inesperadamente. Político veterano, oriundo do chamado “baixo clero” do Congresso, sua atuação parlamentar foi pouco expressiva, embora marcada por um discurso agressivo e pela defesa da moral cristã conservadora, da heteronormatividade e da propriedade privada dos meios de produção. Diante da indefinição das classes dominantes na escolha de uma nova liderança à direita, especialmente após golpe de estado de 2016, as contrarreformas do governo Temer e a crise de legitimidade acentuada pelas contestações eleitorais de 2014 lideradas por Aécio Neves, Bolsonaro passou a ser visto como um *outsider* da política tradicional, ainda que sua campanha já deixasse evidente a radicalidade de seu projeto político.

4. O GOVERNO BOLSONARO E O USO DO YOUTUBE COMO CATALISADOR DO NEGACIONISMO CIENTÍFICO

A plataforma YouTube é uma das mais populares do mundo. Com sua popularização e canais de diversos temas a mídia tradicional como a TV aberta foi vendo nascer novas formas de disseminação de informação. Políticos de extrema-direita também observaram essa janela de oportunidade, especialmente numa lógica algorítmica de engajamento e visualizações que rende lucro à empresa. Deste modo, o YouTube foi fundado em fevereiro de 2005 por Steve Chen, Chad Hurley e Jawed Karim, ex-funcionários do sistema de pagamento online *PayPal*. O primeiro vídeo postado na plataforma data de abril de 2005, sendo adquirida pelo Google em 2006, postado pelo cofundador Jawed Karim. Estima-se que o YouTube tenha mais de 14 bilhões de vídeos, e mais de 2,5 bilhões de usuários ativos que assistem a mais de 5 bilhões de vídeos diários. Estatísticas recentes demonstram que a Índia é o país com maior audiência na plataforma, com 491 milhões de usuários, em segundo lugar temos os Estados Unidos com 253 milhões de espectadores e o Brasil com 144 milhões de usuários assistindo a conteúdo no YouTube (BBC, 2025; Statista, 2025; Ceci, 2025).

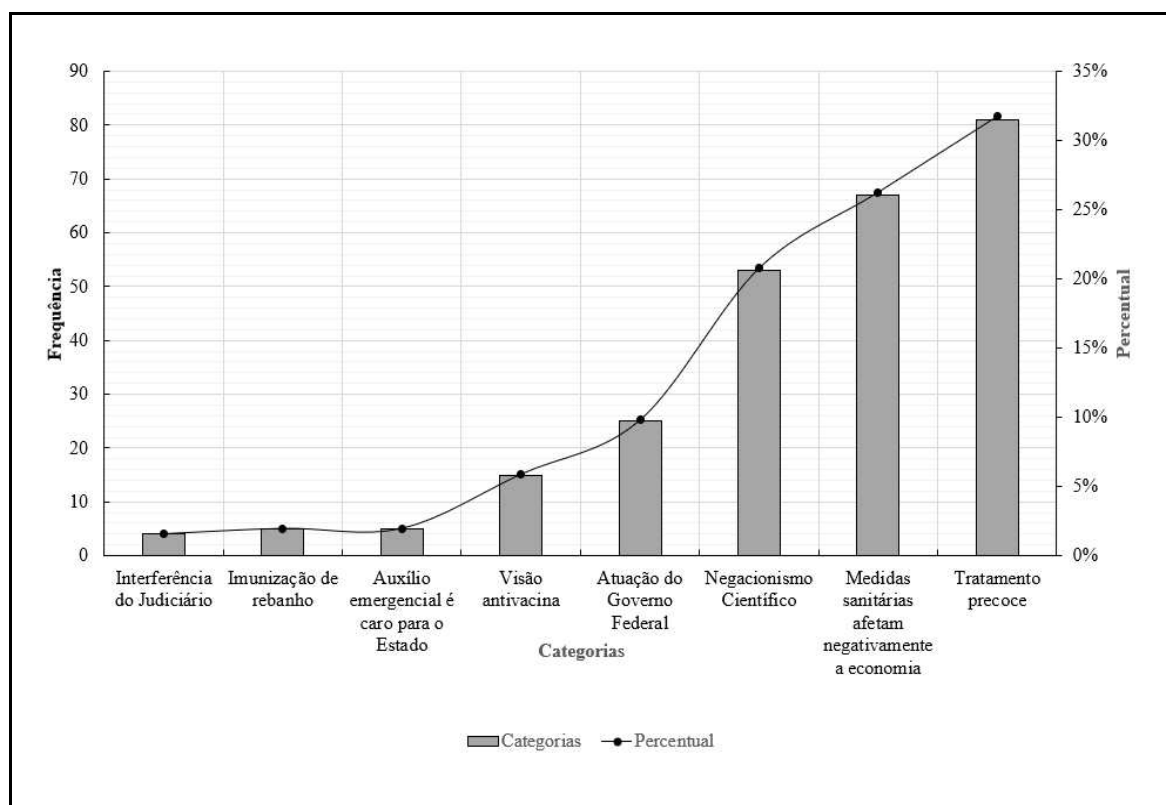
Foi por meio dessa rede e outras que Bolsonaro recorreu à disseminação de conteúdos na eleição presidencial de 2018, marcada pelo uso midiático para disseminação de *fake news* por. O uso de plataformas digitais como: Telegram; Instagram; Facebook; Twitter e especialmente o YouTube ganhara uma nova proporção com o fenômeno do Bolsonarismo com a disseminação de informações falsas: distribuição de kit gay, pelos governos do PT, nas escolas públicas; defesa de Haddad pela prática do incesto e do comunismo em publicações acadêmicas; institucionalização da pedofilia por Haddad no país (Barrágan, 2018).

Ao assumir o poder presidencial essa prática se aprofundou e tomou contornos deletérios com o surgimento da pandemia de Covid-19. Isto ocorreu, sobretudo, mediante uma forma comunicativa que o ex-presidente realizava com suas *lives* semanais para tratar de temas governamentais. O Canal do ex-presidente Bolsonaro foi criado em junho de 2009, e apresenta 6,6 milhões de assinantes; 381 milhões de visualizações; e mais de 4 mil vídeos, ocupando a posição 231º no Brasil, e 132º no nicho de notícias (Social Blade, 2025). Durante a Pandemia o canal foi utilizado como uma caixa de ressonância das ideias negacionistas propaladas pelo próprio Bolsonaro. Identificamos conteúdos que fazem associação direta a temas como: autocracia; negacionismo científico e disseminação de *fake news* sobre medidas sanitárias na Covid-19.

Cabe uma observação em termos de metodologia que o leitor precisa ficar atento: ao realizarmos as transcrições dos vídeos, codificamos estas por categorias analíticas. Este procedimento nos ajudou a organizar melhor a exposição destas categorias através da contagem de sua frequência.

Para isso, plotamos as transcrições por categoria no *Google Sheets* por nos facilitar a edição em nuvem. Após a CPI das *Fake News*, alguns vídeos destes foram retirados da plataforma, de modo que foram analisados 154 vídeos postados entre 27 de fevereiro de 2020 a 2 de junho de 2022. No gráfico a seguir podemos observar a categorização do conteúdo do discurso do ex-presidente:

Figura 3: Conteúdo do discurso de Bolsonaro na Pandemia de Covid-19



Fonte: Elaboração própria (2025).

Com a proliferação do vírus por todo o Brasil e a contraposição do governo às medidas recomendadas por organismos como a Organização Mundial de Saúde, e frente a ação de prefeitos e governadores, o Judiciário brasileiro entendeu que a descentralização do Sistema Único de Saúde deveria ser respeitada. Neste sentido, o ex-presidente aponta o Supremo Tribunal Federal estaria tirando sua autonomia enquanto ente federal: “O supremo Tribunal Federal decidiu que prefeitos é que deviam conduzir a política de combate ao vírus, eu como presidente da república coube apenas o quê? mandar dinheiro para Estados e Municípios” (Bolsonaro, 2020a, 14min40s). O fato é que o próprio STF desmentiu Bolsonaro em publicação oficial, salientando que a gestão pública em saúde é tripartite, ou seja, deve ser realizada pelos governos federal, estadual e municipal (STF, 2021).

No quesito imunidade de rebanho, Bolsonaro reproduziu o argumento de que uma vez contaminada, uma pessoa não poderia ser reinfectada: “Nós temos que alongar a curva da contaminação. Você já pode ter sido contaminado em dezembro, em janeiro, e era assintomático, e

não deu nenhuma coriza, nem nada em você, e você tá aí com um elemento tranquilo que pode vir o cara tossir na sua cara que não tem problema nenhum, assim é mais da metade do povo” (Programa do Ratinho, 2020, 1min40s).

É preciso considerar que esta ideia propalada por Bolsonaro em seu canal não tem respaldo na realidade concreta. Como ficou constatado, o SARS-CoV-2 apresenta distintas mutações, e as pessoas acabaram se reinfectando, tal como ocorre com o vírus da influenza, no qual anualmente o Ministério da Saúde disponibiliza vacinas para a população. Todavia, o ex-presidente, num fatalismo sanitário, considerou que só restavam as pessoas se infectarem, e que os esforços da gestão deveriam ser orientados ao cuidado vertical, ou seja, dimensionado à população idosa e com comorbidades (Bolsonaro, 2020b, 6min27s).

O auxílio emergencial foi uma medida do governo federal objetivando garantir benefício financeiro, uma renda mínima, aos brasileiros em situação de vulnerabilidade durante o período pandêmico. Sobre o tema, Bolsonaro argumenta que a medida poderia elevar a taxa de juros no país e consequente perda da credibilidade no mercado financeiro internacional (Bolsonaro, 2020c, 24min; 2020d, 3min56s). Cabe destacar que este fiscalismo propalado pelo governo Bolsonaro não é o mesmo para os recursos disponibilizados para o setor bancários, a exemplo da disponibilidade de mais de 1 trilhão de reais para o sistema financeiro (Banco Central do Brasil, 2020).

A categoria **Visão antivacina** está associada ao elemento do negacionismo científico, contudo, decidimos por codificá-la a parte no sentido de entendermos melhor como Bolsonaro se expressa a respeito das vacinas, elemento central numa pandemia. Uma das questões polêmicas colocadas por Bolsonaro foi a não obrigatoriedade das vacinas para a Covid-19:

Eu não vou tomar, é um direito meu! e tenho certeza que o parlamento não vai criar dificuldade de quem, por ventura, não queira tomar a vacina. Quem não tomar a vacina, se ela for eficaz, se for duradoura, se for confiável né. Quem não tomar vai fazer mal pra si mesmo, e quem tomar a vacina, não vai ser infectado. Então não tem do que se preocupar, quem trabalha comigo, os 200 caras se tomar, eu não tomei, eu tô safo! vocês que não tomaram, problema de vocês (Bolsonaro, 2020e).

Conforme a própria página do *YouTube*, o vídeo foi removido por violar as diretrizes da comunidade da plataforma, especificamente pela disseminação de *fake news*. Bolsonaro também passou a criticar a Coronavac, desenvolvida na China em parceria com o Instituto Butantan, no Brasil. Com relação à vacina da Pfizer, Bolsonaro usou da argumentação de que o laboratório apresentava em contrato que não apresentava responsabilidade por efeitos colaterais. O fato é que o governo na época negou as ofertas de vacinas pela farmacêutica, fazendo com que o Brasil perdesse a oportunidade de adquirir imunizantes em tempo hábil (Agência Senado, 2021). Outro artifício para

desabilitar as vacinas foi o manuseio de uma informação falsa sobre a infecção mesmo após imunização:

A vacina não garante que você não possa contrair o vírus, assim como não diz nada se você está livre de morte ou não, nós tivemos aqui, ano passado, o Agnaldo Timóteo, que morreu depois da segunda dose da Coronavac, tivemos também, o outro artista de televisão, Tarcísio Meira, também! Está falando isso de nomes conhecidos, agora tem muita gente desconhecida que tá morrendo após a segunda dose da vacina, alguns até após a terceira dose. Então a vacina ainda é uma coisa que, desperta né, muita discussão, pra gente chegar a conclusão dos seus efeitos ou não. Alguém pode me dizer aqui por quanto tempo dura os efeitos de uma vacina de uma pessoa que adquiriu anticorpos? (Bolsonaro, 2022a, 16min30s).

É fato que houve casos de pessoas que foram a óbito, mesmo imunizadas, mas Bolsonaro omite a informação de que cada vacina tem um percentual de efetivação, e de que muitas vezes, por uma falsa ideia de total proteção, muitas pessoas passam a renunciar a medidas profiláticas a exemplo: higienizar as mãos, usar máscaras, evitar aglomerações. Destaca-se também que foi perceptível no Brasil a correlação entre aumento do número de vacinação com o decréscimo dos óbitos (FioCruz, 2021).

A categoria **Atuação do governo federal** concentra as ações nos campos da saúde, economia e assistência. Na saúde, por exemplo, o ex-presidente chama atenção para a aquisição de leitos de UTI. Na Economia chama atenção para expansão da linha de crédito para as empresas, auxílio emergencial, Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ; Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Bolsonaro, 2020e). Apesar desta ser uma categoria que concentra aproximadamente 9% da frequência de nossa amostragem de conteúdos, ela se repete bastante em termos destas argumentações que mencionamos.

As três últimas categorias: **negacionismo científico; medidas sanitárias afetam negativamente a economia e tratamento precoce**, representam, juntamente com a categoria **posição antivacina**, o arcabouço discursivo do ex-presidente, e que também expressou seu posicionamento ideológico e político na pandemia.

O negacionismo científico de Bolsonaro também se apresenta em termos de retorno “à normalidade” das atividades econômicas. Esta esfera estaria sendo prejudicada pelas medidas profiláticas, de modo que o Brasil, desde o início da pandemia, não poderia ter adotado políticas sanitárias como a do isolamento social em prol da economia: “Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de quarenta anos de idade, noventa por cento de nós não teremos nenhuma manifestação, caso se contamine” (Bolsonaro, 2020f, 2min53s). Um dos ápices do negacionismo científico em seu discurso foi o uso de medicamentos comprovadamente ineficazes ao tratamento da

Covid-19: “temos aí a cloroquina que tenho tido relato de pessoas que entra em contato comigo aqui, tá sendo eficiente 100%” (Bolsonaro, 2020g, 11min03s).

Bolsonaro também chegou a criticar medidas recomendadas pela OMS como o uso de máscaras para evitar o contágio, denominando a ação de ficção (2020h). A plataforma do Youtube acabou excluindo o vídeo por identificar a prática de *fake news* na fala do ex-presidente. Em meio ao aumento de número de casos e óbitos, Bolsonaro também foi contra o fechamento das escolas como uma medida sanitária de controle do contágio:

Eu tenho conversado com o ministro Milton, se dependesse de amor e dos sindicatos da educação, não teríamos aula no corrente ano, ficaríamos lá pra 22, o Milton baixou a portaria determinando as aulas presenciais nas universidades a partir de Fevereiro, Março, agora se não me engano. E eu sempre disse lá atrás que não poderíamos fechar as nossas escolas, mas criaram um terror na cabeça da população (Bolsonaro, 2021a, 36min22s).

Percebe-se que a todo instante há uma operação semântica para contrariar medidas sanitárias, colocar a autonomia individual contra o aspecto da coletividade. Neste caso específico das aulas, sabe-se que o elevado grau de contágio entre crianças é um vetor de contaminação para outros ambientes e pessoas, o que elevaria o índice de casos e óbitos de tais medidas não fossem afetadas por governadores e prefeitos.

É por esse motivo que Bolsonaro passou a criticar prefeitos e governadores não alinhados às suas premissas ideológicas e políticas, compreendendo que adotar medidas como *lock down*, seria um erro: “certas autoridades, municipais e estaduais, estão tomando medidas, no meu entender, além da normalidade. São verdadeiros donos dos seus estados e municípios, proibindo o tráfico de pessoas, proibindo o tráfico de rodovias, fechando empresas, fechando comércios” (Bolsonaro, 2020i, 22s).

Ao utilizar de uma retórica que estaria ao lado das classes trabalhadoras e das pessoas mais humildes, Bolsonaro desloca o ponto central da questão, que era o uso de medidas profiláticas num período de inexistência de imunização. Políticas como o *lock down* não são as ideias, mas são ferramentas epidemiológicas para a diminuição da transmissibilidade viral. A este modo, como uma forma de responsabilizar as pessoas, Bolsonaro desloca a questão para este âmbito estritamente individualista: “Vai faltar comida pra casa, o organismo vai ficar enfraquecido, mais propenso a adquirir doença. Então é tratar com responsabilidade a questão da vida, e a questão do desemprego, também” (Bolsonaro, 2020j, 4min3s).

Além deste elemento, Bolsonaro também faz um deslocamento discursivo ao fragmentar os trabalhadores, argumentando que o servidor público não teria nenhum problema, uma vez que seus recursos são depositados mensalmente: “Nós, servidores públicos federais, estaduais e municipais,

não interessa o poder, nós temos todo mês depositado em nossas contas, recursos!” (Bolsonaro, 2021b, 3min57s).

Todavia, é preciso destacar que a Economia Política praticada pelo governo Bolsonaro esteve nitidamente alinhada aos interesses das classes dominantes do país. Todo o argumento por um retorno às atividades e circulação de mercadorias tinha como objetivo atender estas demandas. Nem mesmo um auxílio emergencial digno o governo queria fornecer, uma vez que para Paulo Guedes, ex-ministro da economia, o auxílio não deveria passar de duzentos reais (Marins et al, 2021).

Em março de 2020, quando a própria ANVISA não recomendava o uso da hidroxicloroquina para tratar de Covid-19, Bolsonaro defendia a ideia em seu YouTube que ela estava dando certo em todos os lugares (Bolsonaro, 2021k), chegando a citar o estudo realizado pelo médico francês Didier Raoult, estudo que sofreu várias críticas devido ao procedimento metodológico da pesquisa (Corrêa; Vilarinho; Barroso, 2020). Posteriormente o próprio médico francês se retratou publicamente em artigo (Gautret et al, 2020). No ano de 2022 a Agência Francesa de Segurança de Medicamentos e Produtos de Saúde constatou que Raoult violou normas éticas em pesquisa (Fapesp, 2025).

Mesmo após um ano de pandemia, e com maiores resultados que constatarem a ineficiência dos medicamentos indicados por Bolsonaro, o ex-presidente, assessorado por gabinete paralelo, continuou a reproduzir que existia um tratamento precoce conforme expressa Mandetta, ex-secretário de saúde do governo Bolsonaro: “Ele queria no seu entorno pessoas que dissessem aquilo que ele queria escutar. E o que ele queria escutar era que a cloroquina era a salvação. Vamos dar esse remédio e pronto, está resolvido, era o que ele achava” (Mandetta, 2020, p. 145).

A CPI da Pandemia de Covid-19 constatou que de fato houve um gabinete paralelo que realizava essa orientação a Bolsonaro. Além disto, a categoria médica reunida em torno de associações como Conselho Federal de Medicina, deram respaldo para Bolsonaro emitir tais informações falsas em seu canal (Nogueira, 2023). Como presidente da república, e sabendo do apelo de seu discurso, Bolsonaro se aproveitou do espaço sedimentando pelas redes sociais para verbalizar o seu posicionamento ideológico, sempre buscando trazer o problema para a esfera pessoal:

Então o tratamento precoce deu certo comigo, mais de 200 pessoas do meu prédio pegaram Covid, e pelo que se consta, ninguém sequer foi para o hospital, teve uma mulher que tava em casa e tinha problemas, pegou em casa, e tinha outros problemas né, outras comorbidades e acabou entrando em óbito. Fora isso, duzentas pessoas no nosso prédio, ninguém sequer foi hospitalizado (Bolsonaro, 2021c, 19min36s).

O ex-presidente chegou a afirmar que remédios sem comprovação científica para a patologia em questão davam certo, e que caso um médico recusasse passar estes medicamentos, que a pessoa

poderia procurar outro que prescrevesse: “Agora, tem dado certo a Hidroxicloroquina, a Azitromicina, a Ivermectina, a Anitta, Zinco, Vitamina D, tem dado certo, procure o seu médico! Se ele achar que tá errado, procure outro médico” (Bolsonaro, 2021d).

Outro argumento utilizado seria de utilizar medicamentos em *off label*, ou seja, fora da indicação para o qual foi criada. Do mesmo modo, Bolsonaro procura deslocar a argumentação para o âmbito do liberalismo individualista, desconsiderando que a Pandemia é um problema de ordem coletiva: “Então, vamos respeitar o tratamento fora da bula, *off label*, é o mínimo que você pode fazer, é o mínimo. Se você não quiser tomar, não toma pô! mas, não fica aí enchendo o saco de quem queira tomar” (Bolsonaro, 2021e, 39min).

Desde afirmar que a hidroxicloroquina diminui a carga viral, de que a questão é de ordem pessoal e individual, a utilizar como exemplo a própria família, Bolsonaro buscou trazer para o âmbito pessoal uma problemática de saúde coletiva. Esta tática foi utilizada sabendo que os canais de comunicação, e a potência da internet fariam com que seu discurso chegasse a milhares de brasileiros. No caso do YouTube, muitos dos vídeos que citamos neste artigo continuam on-line, vídeos de Bolsonaro com informações falsas, com incentivo a práticas anti-sanitárias.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar o negacionismo científico reproduzido por Jair Messias Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Partimos da hipótese de que a extrema-direita busca estabelecer um vínculo direto com a população, especialmente por meio das mídias digitais, com destaque para o YouTube, conforme analisado neste estudo. Ressaltamos que a própria ascensão de Bolsonaro ao poder deve ser compreendida numa totalidade política, social e econômica marcada por uma crise orgânica no Brasil. Essa crise teve como marco paradigmático o golpe institucional de 2016, que resultou na destituição de Dilma Rousseff da presidência da República e abriu caminho para a implementação de contrarreformas contra as classes trabalhadoras durante o governo Temer.

É nesse contexto que Bolsonaro ascendeu politicamente como um *outsider*, não apenas por saber utilizar as redes sociais e pelo ataque midiático ao PT, mas também pela incapacidade de candidatos tradicionais, como Alckmin e Aécio Neves, conquistarem representatividade junto às massas, diante da frustração gerada pela política de conciliação de classes promovida pelo PT. Dessa forma, em uma campanha marcada pelo uso intensivo das mídias digitais, Bolsonaro já deixava claro como seria seu governo: pautado no discurso de ódio, na disseminação de *fake news* e no

negacionismo científico.

Com a pandemia de Covid-19, o YouTube tornou-se uma das principais ferramentas utilizadas por Jair Bolsonaro para disseminar seu discurso, por meio de lives semanais que funcionavam como uma espécie de “assembleia digital”, onde sua base reproduzia o conteúdo em redes e aplicativos de mensagens. A partir da análise de conteúdo, associada à revisão da literatura e à discussão crítica, identificamos sete categorias centrais no discurso do ex-presidente: interferência do Judiciário; defesa da imunidade de rebanho; crítica ao custo do auxílio emergencial; visão antivacina e atuação do governo federal; negacionismo científico; alegação de que medidas sanitárias prejudicam a economia; e defesa do tratamento precoce. Tais elementos revelam uma estratégia discursiva premeditada durante a pandemia, que contribuiu para a condução irresponsável da crise sanitária e para o agravamento do número de mortes, que ultrapassaram 600 mil no país.

Apesar dos achados nesta pesquisa, mais estudos precisam ser realizados utilizando uma abordagem qualiquantitativa, especialmente associada ao elemento do discurso vinculado às ações práticas de lideranças de extrema-direita, associada a temáticas diversas, para além do campo da saúde, assim como, como os usuários e estas bases políticas recebem, reproduzem e estão sendo impactados pela disseminação de *fake news*. Nesse sentido, há um espaço para disciplinas como a Sociologia atuarem, buscando evidências e aprofundando mediações entre empiria e metodologia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. *Representante da Pfizer confirma: governo não respondeu ofertas feitas em agosto de 2020*. Senado Notícias, 13 maio 2021. Disponível em: site do Senado Federal. Acesso em: 3 ago. 2025.

ANDERSON, P. et al. *Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *BC anuncia medidas que liberam R\$ 1,2 trilhão para a economia*. Banco Central do Brasil, 5 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/428/noticia>. Acesso em: 2 ago. 2025

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRAGÁN, A. Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. *El País Brasil*, São Paulo, 18 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html. Acesso em: 1 ago. 2025.

BBC BRASIL. *Cinco momentos da tensa relação entre Cunha e Dilma*. BBC News Brasil, 29 jul. 2015. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150729_dilma_e_cunha_ab. Acesso em: 01 out. 2025.

BBC. *YouTube turns 20! The numbers behind the platform*. 2025.

<https://www.bbc.co.uk/bitesize/articles/ztq2g2p>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BOITO, A. J. R. Uma crise no caminho do neodesenvolvimentismo. *Hist. Luta de classes*, v. 12, n. 22, p. 83-95, 2016. Disponível em:

<https://dev.historiaelutadeclases.com.br/upload/arquivo/2018/03/21e11c1b2df815cde3db4f747f81d780c34efe7b>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação*. Brasília, DF: CFESS, 2009. Disponível em:

<https://portalidea.com.br/cursos/bfdaa6c0ecd6e9f622631979427c5a5a.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2025.

CARLEIAL, L. M. F. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos avançados*, v. 29, n. 85, p. 201-214, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/DvpPCb3h3xmWLNzLRgXGcJB/>. Acesso em: 07 ago. 2025.

CASTELO, R. O canto da sereia: o social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 31, v.11, p. 119-138, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/7562>. Acesso em: 08 ago. 2025.

CASTELO, R. *O Social Liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CECI, L. *Countries with the most YouTube users 2025*. 2025. Disponível em:

<https://www.statista.com/statistics/280685/number-of-monthly-unique-youtube-users/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

CHAVES, V. L. J; AMARAL, N. C. Expansion Policy for Higher Education in Brazil-ProUni and FIES as Private Sector Financers. *Educação em Revista*, v. 32, p. 49-72, 2016. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/3993/399362348004/html/>. Acesso em: 06 jun. 2025.

CORRÊA, M. C. D. V; VILARINHO, L; BARROSO, W. B. G. Controvérsias em torno do uso experimental da cloroquina/hidroxiclороquina contra a Covid-19: “no magic bullet”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 2, p. e300217, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/b7yZMQVvNT43kpB76hDcFrm/>. Acesso em: 3 ago. 2025.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. *Caderno Crh*, v. 24, p. 37-57, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPNcmnSfHYJjH4RXLN3r/?lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2025.

FAPESP. *Estudo que deu base ao tratamento com hidroxiclороquina contra a Covid-19 sofre retratação*. Edição n.º 348, de fevereiro de 2025.p.34. Disponível em:

<https://revistapesquisa.fapesp.br/leia-a-edicao-de-fevereiro-de-2025/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FIOCRUZ. *Boletim Extraordinário*. 6 de outubro de 2021. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u34/boletim_extraordinario_2021-outubro-06-red.pdf. Acesso em: 02 ago. 2025.

FONTES, V. Capitalismo filantrópico? Múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. *Revista Marx e o Marxismo—Revista do NIEP-Marx*, v. 8, n. 14, 2020. Disponível em: <https://niepmarx.com.br/index.php/MM/article/view/351>. Acesso em: 07 ago. 2025.

FUNCIA, F. Sistema Único de Saúde—30 anos: do subfinanciamento crônico para o processo de desfinanciamento decorrente da emenda constitucional 95/2016. In: ANFIP – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. *30 anos da Seguridade Social - Avanços e Retrocessos*. Brasília: ANFIP, 2018, pp. 89-103. Disponível em: https://www.anfip.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Livros_22_11_2018_19_00_32.pdf#page=89. Acesso em: 23 jun. 2025.

GAUTRET, P et al. *RETRACTED: Hydroxychloroquine and azithromycin as a treatment of COVID-19: results of an open-label non-randomized clinical trial*. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0924857920300996?via%3Dihub>. Acesso em: 5 ago. 2025.

GOMES, C. M. C; ROJAS, G. A. Crise orgânica, governos e seus impactos na América Latina. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], v. 15, n. 39, 2017. DOI: 10.12957/rep.2017.30374. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/30374>. Acesso em: 15 jun. 2025

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere (Vol. 3): Maquiavel. Notas sobre o estado e a política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2023.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere [livro eletrônico] : caderno 11 (XVIII) : 1932 - 1933 : introdução ao estudo da filosofia*. Rio de Janeiro : IGS-Brasil, 2024a. Disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria>. Acesso em: 23 jun. 2025.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere [livro eletrônico] : caderno 13 (XXX) : 1932 - 1934 : notas sobre a política de Maquiavel*. Rio de Janeiro : IGS-Brasil, 2024b. disponível em: <https://igsbrasil.org/galeria>. Acesso em: 01 ago. 2025.

GRAMSCI, A. Dos cadernos miscelâneos: Caderno 3. Ins: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere: Volume III. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.182-207

HOLANDA MASCHIETTO, R. A ascensão da extrema-direita no mundo: convergências, diferenças e o papel da história. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, [S. l.], n. 11, 2024. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/225>. Acesso em: 12 fev. 2025.

KANIAK, T. *Eduardo Cunha é condenado a 15 anos de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na Lava Jato no Paraná*. G1 Paraná. 9 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/09/09/eduardo-cunha-e-condenado-a-15-anos-de-prisao>

-por-corrupcao-passiva-e-lavagem-de-dinheiro-na-lava-jato-no-parana.ghtml. Acesso em: 01 ago. 2025.

LIMONGI, F. O passaporte de Cunha e o impeachment: a crônica de uma tragédia anunciada. *Novos estudos CEBRAP*, n. 103, p. 99–112, nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/QJBHTWsgZwqPrvv6SZTYsgc/?lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2025.

LULA. *Carta ao povo brasileiro*. São Paulo, 22 de junho de 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MANDETTA, L. H. *Um paciente chamado Brasil: os bastidores da luta contra o coronavírus*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i3.24648. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MARINS, M. T. et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. *Sociedade e Estado*, v. 36, p. 669-692, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xJ7mwmL7hGx9dPDtthGYM3m/?format=pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.

MARQUES, R. M; MENDES, Á. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. *São Paulo em perspectiva*, v. 18, p. 3-15, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/gXhgfrs34fbSjpnKz465BYH/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

MARTUSCELLI, D. E. Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 67–102, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/28759>. Acesso em: 6 jun. 2025.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDES, Á. *Tempos turbulentos na saúde pública brasileira: impasses do financiamento no capitalismo financeirizado*. São Paulo: Hucitec, 2012.

MENDES, Á; CARNUT, . Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. *Saúde e sociedade*, v. 27, p. 1105-1119, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/NWtCkYJVcjzM5frKfWskvBF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2025.

MUDDE, C.A *Extrema-direita hoje*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

NOGUEIRA, K.W.A.S. Aparelhos Privados de Hegemonia na Saúde: Pandemia de Covid-19 e Negacionismo Científico em Questão. *REVISTA HISTÓRIA & LUTA DE CLASSES*, v. 36, p. 35-49, 2023. Disponível em: <https://dev.historiaelutadeclasses.com.br/upload/arquivo/2024/08/42030390a5cb5fb970450da98047>

0de195b71ae8. Acesso em: 30 ago. 2024.

PAULA, L. F.; PIRES, M. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos avançados*, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/jNpn6wfChvNj659nr4LLtGD/>. Acesso em: 6 jun. 2025.

SAAD FILHO, A. Avanços, contradições e limites dos governos petistas. *Crítica Marxista*, Campinas, SP, v. 23, n. 42, p. 171–177, 2016. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19247>. Acesso em: 24 jun. 2025.

SAMPAIO, R. C. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

SOCIAL BLADE. *Jair Bolsonaro's Statistics*. 2025. Disponível em: <https://socialblade.com/youtube/channel/UC8hGUtFEgvnp6IaHSAgl0OQ>. Acesso em: 01 jul. 2025.

STEFANONI, P.; FOLTRAN, L. O que querem os libertários e por que deram um giro à extrema direita? . *Políticas Culturais em Revista*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 181–218, 2022. DOI: 10.9771/pcr.v15i1.48454. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/48454>. Acesso em: 24 jan. 2025

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF (@STF_oficial). *É falso que o STF proibiu o governo federal de atuar contra pandemia*. [tweet]. Twitter, 18 jan. 2021. Disponível em: https://x.com/STF_oficial/status/1351240851125637124. Acesso em: 2 ago. 2025.

TONELO, Iuri. *No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo e Edições Iskra, 2021.

WORLD BANK. *GDP growth (annual %) - Brazil*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2023&locations=BR&start=2003>. Acesso em: 29 jun. 2025.

Vídeos

BOLSONARO, J. M. *Live da Semana com Presidente Jair Bolsonaro*. [vídeo]. YouTube, 18 jun. 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EBDKIJu7Z9E> . Acesso em: 2 ago. 2025.

BOLSONARO, J. M. *Live de toda quinta-feira com o Presidente Jair Bolsonaro*. [vídeo]. YouTube, 16 abr. 2020b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vNyBRsVZ0gg> . Acesso em: 2 ago. 2025.

BOLSONARO, J. M. *Live de toda quinta-feira com o Presidente Jair Bolsonaro*. [vídeo]. YouTube, 10 set. 2020c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nISMugE1f0Q>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BOLSONARO, J. M. *Live de toda quinta-feira com o Presidente Jair Bolsonaro*. [vídeo]. YouTube, 18 mar. 2020. 2020d Disponível em: <https://youtu.be/xVWLIFdRNt8>. Acesso em: 2 ago.

2025.

BOLSONARO, J. M. *Presidente da República fala novamente em Rede Nacional sobre o covid-19*. 31 mar. 2020e. 2020. Disponível em: <https://youtu.be/x-FGVyrfhqw>. Acesso em: 5 ago. 2025.

BOLSONARO, J. M. *Pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro, em cadeia nacional de TV, sobre o enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19)*. YouTube, 24 mar. 2020. 2020f Disponível em: <https://youtu.be/Tb22dopGGzI>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BOLSONARO, J. M. *Presidente Bolsonaro fala na saída do Alvorada (quarta-feira)*. YouTube, 25 mar. 2020. 2020g. Disponível em: https://youtu.be/vp3A_8vywC0 . Acesso em: 3 ago. 2025.

BOLSONARO, J.M. *Video removido*. 2020h. Disponível em: <https://youtu.be/Hosh56rj49Q>. Acesso em: 03 ago. 2025.

BOLSONARO, J. M. *Presidente Bolsonaro fala na saída do Alvorada*. YouTube, 25 mar. 2020. 2020i. Disponível em: https://youtu.be/vp3A_8vywC0. Acesso em: 03 ago. 2025.

BOLSONARO, J. M. *Live de quinta-feira com o Presidente Bolsonaro*, 14 mai 2020. 2020j. YouTube, 14 mai. 2020j. Disponível em: <https://youtu.be/S28DvOuB6cM>. Acesso em: 5 ago. 2025.

BOLSONARO, J. M. *Video excluído*. 39 mar. 2020. 2020k. Disponível em: <https://youtu.be/t1oXq5GJySM>. Acesso em: 5 ago. 2025.

BOLSONARO, J. M. *Entrevista ao Programa “Pingos nos is”*. YouTube. 17 jan. 2021a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JSmTzQearO8>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BOLSONARO, J. M. *Presidente Jair Bolsonaro faz mais um pronunciamento à nação /vidas / empregos / auxílio emergencial*. Youtube. 31 mar 2021. 2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BQdXxBHhZz8>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BOLSONARO, Jair Messias Primeira Live de 2021 (07/01) [live stream]. YouTube, 7 jan. 2021. 2021c Disponível em: <https://www.youtube.com/live/ZZj93uz78NE?si=SNVFMtNxBTtizss->. Acesso em: 5 ago. 2025.

BOLSONARO, J. *Video excluído*. 14 jan. 2021. 2021d. Disponível em: <https://youtu.be/-tTgxztuqTs>. Acesso em: 05 ago. 2025.

BOLSONARO, J. M. *Live da Semana. 21/01/2021 [live stream]*. YouTube, 21 jan. 2021. 2021e Disponível em: <https://youtu.be/Bu8xZYWWo7o>. Acesso em: 5 ago. 2025.

PROGRAMA DO RATINHO. *2 Dedos de Prosa com Jair Bolsonaro*. [vídeo]. YouTube, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ivLqXxTkP3M> . Acesso em: 2 ago. 2025.

Licença e Direitos:

Crise orgânica, governo Bolsonaro e negacionismo científico: uma análise sobre o uso do Youtube durante a pandemia de COVID-19, direitos autorais de Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira e

Gonzalo Adrián Rojas, 2025, licenciado sob [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

